



**CBH BOIS**  
Comitê de Bacia Hidrográfica do  
Rio dos Bois

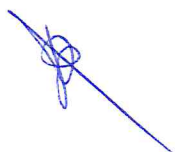
1

2

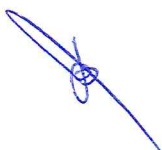
## ATA - 12º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH DOS BOIS

3 Em 05 de dezembro de 2018, reuniu-se na sala de treinamento da COMIGO, à Avenida  
4 Presidente Vargas, nº 1878, Jardim Goiás, 2 andar, Rio Verde – Goiás, primeira chamada  
5 às 09:00 hs, segunda chamada às 9:30 hs, atendendo ao Regimento Interno, teve início a  
6 12º Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio dos Bois com a  
7 presença dos membros e convidados conforme lista de presença anexa. **Primeiro item de**  
8 **Pauta** – O Sr. Reginaldo Passos, Presidente do CBH Bois, Fez a abertura, agradecendo  
9 a presença de todos, na sequência abriu os trabalhos, com inversão de Pauta, dando  
10 início pela solicitação da Saneago S.A, apresentação da Nota Técnica de disponibilidade  
11 Hídrica e demanda para abastecimento público em Rio Verde solicitando aprovação da  
12 vazão específica do PARH para as regiões 30 e 31 da UGH Turvo e dos Bois e  
13 discussão da viabilização do abastecimento público em Rio Verde e discussão da  
14 viabilidade do abastecimento público em Rio Verde, a qual foi apresentada pela Sra.  
15 Yara Vanessa Portugues Fonseca, que na oportunidade esclareceu a atual situação do  
16 Abastecimento Público do Município de Rio Verde e esclareceu a necessidade das  
17 mudanças propostas, Considerando que a Lei 9.433/1997 (Política Nacional dos  
18 Recursos Hídricos) e Resolução CERH-GO nº 09/2005 entendem o consumo humano  
19 como uso prioritário. Considerando o abastecimento público de água como interesse  
20 coletivo e não individual; Considerando o Plano de Ação de Recursos Hídricos (PARH)  
21 do Rio Turvo e dos Bois que cita dentre as 13 diretrizes gerais para outorga na bacia, a  
22 prioridade que deve ser dada ao abastecimento público. Considerando os investimento  
23 realizados no SAA de Rio Verde entre obras e projetos e o TAC celebrado entre a  
24 Saneago, Ministério Público e Prefeitura de Rio Verde. Solicita aprovação das vazões  
25 específicas da região hídrica representada no referido estudo pelos pontos de controle 30  
26 e 31, Solicitamos também a aprovação do TVR no ribeirão Abóboras com menos de 4  
27 Km de extensão e a liberação da outorga no ribeirão das Lages com 90% de  
28 comprometimento da vazão outorgável. Após a apresentação foi colocado em votação a  
29 Nota Técnica, com a palavra o Promotor Marcio Toledo fez um breve esclarecimento  
30 sobre a necessidade de aprovação das solicitações pois apesar de terem reunido esforços

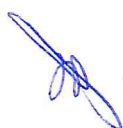
31 no sentido de encontrar soluções, hoje a Promotoria possui demandas judiciais contra a  
32 Saneago S.A decorrentes de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta que não foi  
33 cumprido, mais mesmo com estes investimentos que foram feitos nos ultimos 5 a 7  
34 anos, redução de perdas de água e perfuração de novos poços, estes investimentos não  
35 foram suficientes para acompanhar a demanda do período, eles pontualmente chegam a  
36 50% da nossa demanda, então de algum modo a população esta se virando para  
37 conseguir água, pois ela não esta sendo ofertada pela Saneago S.A, ou o empreendedor  
38 está sendo obrigado a perfurar poços ou as pessoas estão sendo obrigadas a perfurar  
39 individualmente, o que me parece não ser a melhor solução de acordo com os técnicos,  
40 inclusive com problemas futuros de contaminação de manancial. Em 2011 o Ministério  
41 Público e o Município de Rio Verde se reuniu Saneago para discutir o problema do  
42 Abastecimento Público e fizeram um esforço em comum para encontrar uma solução  
43 paleativa e não definitiva para o problema, na qual chegaram ao consenso do termo de  
44 ajuste de conduta e levando em conta as fontes de abastecimento de 110 l/s do Ribeirão  
45 laje e 320 l/s do Ribeirão Abóbora e a Saneago sugeriu através de um projeto  
46 suplementar que a mesma possuía capacidade de captar mais 120 l/s no abóbora e isso  
47 ficou firmado no tac que no prazo de 8 meses as obras seriam concluídas, como se sabe  
48 isso não foi feito por diversos problemas de gestão e alguns inclusive através de  
49 investigações do Ministério Público que resultou em um inquérito e mudanças de  
50 dirigentes, terminando gerando reflexos nessas obras e infelizmente Rio Verde ficou a  
51 deriva e não foi realizada a obra de ampliação do abastecimento de água. Apesar da  
52 demora em 2013 a Saneago encaminhou ao Ministério Público a licença de instalação  
53 emitida pela SECIMA que teria a validade de 2013 a 2015, prazo de 2 anos para instalar  
54 a ampliação de 120 l/s, mais uma vez não cumpriu a obra. Quando nos discutimos a  
55 situação da ampliação da captação do Abóbora para mais 120 l/s nós antevíamos a  
56 necessidade de ampliar a captação para o Rio Verdinho também, porque Rio Verde com  
57 a projeção de crescimento que tem, as fontes de captação atuais não conseguem cumprir  
58 as demandas da população e precisa diversificar e ampliar esse volume de fornecimento  
59 de água e essa discussão também foi feita e surgiram grupos de interesses econômicos  
60 que procuram a Saneago e vieram ao Ministério Público, mais com uma solução que  
61 não parece ser uma solução razoável, pois os mesmo se manifestaram para fazer um  
62 investimento de 80 a 100 milhões para captar inicialmente no Rio Verdinho 400 l/s, e  
63 não seriam 1.200 l/s, ou seja, seria um volume de investimento mais alto, que  
64 necessitaria de aporte de capital posterior e eles tem como condicionante a desativação



65 do Abóbora e pelo que eu tenho lido e ouvido das autoridades sobre o assunto e falado  
66 com os técnicos que cuidam do assunto e dessas estratégias de captação de água, é que  
67 nós temos que diversificar as fontes de captação de água e preservar isso, então eu  
68 sempre defendi e continuo defendendo juntamente com as autoridades ambientais  
69 particularmente do município de Rio Verde que nós mantemos Laje e Abóbora,  
70 ainda que tenha sua vazão reduzida no futuro em razão da diversificação do uso no  
71 Abóbora até para aproveitamento do uso diversificado do potencial hídrico, mais é fato  
72 que hoje nós não temos outra alternativa diante da situação em que o município se  
73 encontra, a população não tem outra solução a não ser ampliar suas fontes de  
74 abastecimento de água, isso para que ela tenha fontes confiáveis e seguras de  
75 abastecimento, nós não temos hoje essa segurança, se tivermos uma crise hídrica o ano  
76 que vem por exemplo, seguramente viveremos uma situação muito difícil em Rio Verde,  
77 então o abastecimento proveniente do Rio Verdinho é uma fonte alternativa, que tem  
78 viabilidade aparentemente pelos estudos técnicos, mais que demanda tempo e capital  
79 para implementar, a Saneago até pouco tempo não tinha esse capital, tanto que estava  
80 buscando parcerias na iniciativa privada para levar esse projeto a efeito, então me  
81 preocupa essa solução do Rio Verdinho porque não é a solução a curto prazo, e que  
82 demanda um tempo mínimo de 4 anos se ela realmente tiver uma rapidez muito grande  
83 a 10 anos se ela for gerida adequadamente. Então até lá Rio Verde estará estrangulada  
84 na sua demanda de água, então é necessidade de utilização desse recurso no momento. A  
85 ponderação que eu faço é de natureza técnica, se houver a viabilidade técnica como a  
86 Saneago demonstrou que existe em reunião eu acho que levando em consideração o  
87 interesse público da população, que seja outorgado esse uso e que ele seja monitorado  
88 ao longo dos anos, e que seja trabalhado a implantação da captação de água do Rio  
89 Verdinho, para que aja uma distribuição equitativa desse potencial hídrico, mas que no  
90 primeiro momento seja preponderante dar uma atenção para o interesse da população,  
91 essa demanda realmente existe e eu como autoridade posso dizer isso pois tenho  
92 acompanhado ao longo de vários anos e a percepção que temos atualmente é  
93 equivocada, pois apesar de não termos crise este ano, ela está na eminência de retornar.  
94 Ainda de acordo com o Promotor Marcio, a garantia de disponibilidade de água também  
95 é uma garantia de que a empresa Odrebrecht também irá cumprir os investimentos  
96 necessários ao tratamento de esgoto de acordo com o contrato de delegação ela é  
97 obrigada a universalizar o sistema na proporção de 90% da água que é fornecida, então  
98 nós precisamos ter a garantia que essa água será fornecida, para poder cobrar da



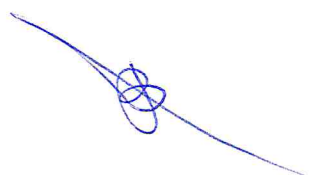
99 subdelagataria a coleta, afastamento e tratamento de esgoto na ordem, são pontos que  
100 também são considerados na correção da solução do esgotamento sanitário da cidade, o  
101 que atualmente caminha bem. Nos temos demandas judiciais e inicialmente eu tinha a  
102 expectativa de que o Comitê pudesse apreciar essa demanda, porque nas demandas  
103 judiciais contrata a Saneago, infelizmente ela está conseguindo se livrar da obrigação de  
104 fazer este investimento na Captação do Ribeirão Abóbora, porque a SECIMA negou a  
105 outorga do uso pretendido e com base nisso a Legislação exige a Saneago pois ela está  
106 impossibilitada de executar aquilo que foi acordado. Se o órgão ambiental diz para ela  
107 que ela não tem capacidade de exploração, que não tem capacidade de exploração  
108 naquele local, não existe a possibilidade de obrigar a fazer o investimento. Numa ação  
109 de obrigação de fazer o juiz deu um ano para que a Saneago executasse e concluísse a  
110 obra de ampliação da Captação de Água do Ribeirão Abóbora, a título de informação a  
111 Saneago já investiu mais de R\$ 7.000.000,00(sete milhões de reais), então de R\$  
112 12.000.000,00 (doze milhões de reais) então faltaria em torno de R\$ 5.000.000,00  
113 (cinco milhões de reais) para a conclusão, seria fácil para ela concluir, valor esse que  
114 está sendo discutido para aplicação da multa a empresa e a parte jurídica hoje alega  
115 querer se livrar desse processo e isso vai ser um retrocesso muito grande para a  
116 comunidade de Rio Verde porque nos vamos perder uma oportunidade ideal de resolver  
117 o problema por que daí vai depender da vontade política, das prioridades que estarão  
118 sobre a mesa do próximo gestor da Saneago. Eu trago para vocês esta informação  
119 porque apesar de entender que a necessidade da SECIMA de fazer uma análise mais  
120 detalhada, é importante que vocês entendam e tenham estas informações porque de fato  
121 eu não tenho outra alternativa hoje, e até segurei o processo até esta reunião para que eu  
122 pudesse manifestar nele, mais não posso mais segurá-lo porque eu tenho prazo a  
123 cumprir e eu preciso realmente me curvar ao que a legislação determina. Essas  
124 informações são para que se vocês se puderem abreviarem a discussão, e fazerem as  
125 considerações dentro das possibilidades que o tempo permite e das condicionantes  
126 técnicas que vocês possuem, porque o tempo trabalha hoje contra o interesse público  
127 da população. Finaliza sua fala agradecendo a oportunidade e da abertura para que se  
128 alguém quiser fazer algum questionamento da parte técnica e jurídica eu estou a  
129 disposição. Com a palavra Sr. Marcos Cabral representante da SECIMA, após breve  
130 período de discussão, solicitou vistas para realização de análise do documento  
131 apresentado pela Saneago S.A., alegando que o tempo não foi suficiente para que  
132 soluções assertivas fossem tomadas e que dentro do aspecto legal a legislação prevê que



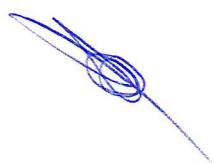
133 medidas são tomadas em momentos de escassez e que não é o caso que esta sendo  
134 tratado no momento. Justamente por não estarmos vivenciando a escassez e/ou crise  
135 hídrica propriamente dita no sistema de abastecimento de Rio Verde, no passado sim e  
136 em período determinado. Solicita também que sejam criados grupos de trabalho para  
137 que sejam tratado o assunto, mesmo com os estudos da SECIMA expandir os  
138 esclarecimentos para todos os usuários da bacia. Com a palavra a Sra. Yara Vanessa  
139 representante da Saneago, faz um apelo para que seja votado hoje sobre a liberação pois  
140 o assunto já vem sendo tratado junto a SECIMA desde 2011. Marcos Cabral faz  
141 esclarecimento, apontando que o presente documento foi apresentado a SRH/SECIMA  
142 somente no dia 20 de novembro de 2018, por isto não houve prazo para análise da  
143 **NOTA TÉCNICA DE DISPONIBILIDADE HÍDRICA E DEMANDA PARA**  
144 **ABATECIMENTO PÚBLICO EM RIO VERDE – SANEAGO**, em tempo o mesmo  
145 lembrou aos membros presentes que o PARH Turvo e dos Bois, não foi aprovado pelo  
146 CBH Bois, portanto não é instrumento de gestão hídrica, tornando se necessário uma  
147 análise mais detalhada e com tempo hábil por parte dos técnicos da SRH/SECIMA,  
148 afinal prioridade é somente para casos que realmente seja estabelecido como “crise  
149 hídrica”. A Sra. Jordana pontua que em suas considerações esta deliberação traz uma  
150 série de decisões, alterar a vazão específica, alterar liberação de 90% do usuário no  
151 Abóbora, Laje, é uma série de questões que trazem nesta minuta, não é simplesmente,  
152 só garantir o abastecimento da cidade, sendo que temos um consumo por habitante  
153 acima da média, então nós poderíamos trabalhar o uso mais consciente dentro da cidade,  
154 que esta entre 160 a 170 l/pessoa e poderia ser 120 l/pessoa, só isso você não ia mais  
155 precisar aumentar a outorga, poderia cobrar a questão de uso racional, campanhas de  
156 usos ~~mais~~ racionais pois os outros setores são cobrados por isso, a questão dos  
157 desperdícios também, eu acho que é algo que tem que ser levado em consideração, o que  
158 eu vejo e o rito que vem sendo feito é que as demandas aumentam e acaba se  
159 aumentando a vazão outorgável e a gente pode sim estar comprometendo usos futuros e  
160 eu não consigo pela apresentação dimensionar isso, não foi trazido se vai acontecer esse  
161 comprometimento, a Marion Secretária de Meio Ambiente de Rio Verde falou de 12  
162 produtores no Laje, no Abóbora são quantos, existe expectativa de expandir ou não  
163 existe, são 136 km<sup>2</sup>. Com a palavra a Sra. Marion fala que são ao todo 12 mil hectares a  
164 microbacia do Ribeirão Abóbora com o Marimbondo. Com a palavra o Sr. Abel  
165 esclarece que são 63 produtores no Abóboras e 32 do Marimbondo chegando a 100  
166 propriedades. Com a palavra Jordana comenta que não viu esse balanço ser trazido,



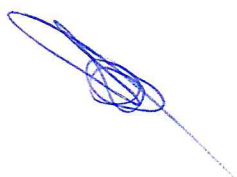
167 então eu como setor agropecuário não tenho confiança nenhuma em fazer qualquer tipo  
168 de votação hoje sem saber se o meu setor está contemplado nos usos futuros, porque  
169 hoje a gente fala nesses 100 específicos com essa produção atual, mais assim como a  
170 cidade tem que atender uma demanda maior, esses produtores também tem que atender  
171 uma demanda que pode crescer, assim como o crescimento da cidade, então eu não me  
172 sinto confortável em fazer nenhum tipo de votação no sentido de estar aumentando a  
173 outorga de outro setor. Quanto a vazão específica eu não vejo problema, pois são dados  
174 que o PARH trouxe e que realmente são pontos específicos, bacias específicas e o ponto  
175 de medição dessa vazão seria específico, mais daí acabar estendendo para 90% um  
176 único usuário eu não sinto confortável em detrimento do restante. Na sequência a Sra.  
177 Marion menciona que existe disponibilidade de água para as 100 propriedades presentes  
178 nas Microbacias do Abóbora e Marimbondo e fala da importância do abastecimento de  
179 220 mil habitantes. Sra. Jordana diz que a questão não é essa e sim dar toda  
180 disponibilidade de água para um único usuário, sendo que não estamos em momentos de  
181 escasses de água, então não é o caso de priorizar, Entende que a Saneago esta pedindo  
182 esta prioridade na outorga para cumprir o TAC do Ministério Público, mais eu entendo  
183 que a multiplicidade do uso não pode ser esquecida, eu não consegui analisar com dados  
184 técnicos para ver se vai haver comprometimento de outros usuários e a Sr. Marion está  
185 garantindo, mais não tem isso documentado para que no futuro um produtor vier falar  
186 que após a aprovação da captação de água e agora eu não posso mais irrigar, não posso  
187 mais produzir horta, eu não posso assumir isso e eu concordaria com esse prazo para  
188 realizar um estudo. Finaliza sua fala comentando que a solicitação é muito complexa,  
189 pois além de fazer a mudança da vazão específica em 2 trechos, ainda estão solicitando  
190 o uso da vazão ecológica em um trecho de vazão reduzida TVR – entrada na vazão  
191 ecológica ou vazão mínima, o que pode prejudicar os produtores a baixo desse trecho.  
192 Dá mesma forma quanto ao assunto do TVR, o Sr. Marcos Cabral deixou claro que para  
193 esta situação siga em frente, depende somente do Conselho Estadual de Meio Ambiente,  
194 que pode julgar e aprovar tal situação, de acordo estudos técnicos. Com a palavra o Sr.  
195 Reginaldo, fala que tudo que esta sendo comentado e votado, de acordo com a  
196 Legislação 9.433, ainda passaram pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos que  
197 com certeza vai solicitar os mesmos estudos para SECIMA, SANEAGO e  
198 provavelmente vai solicitar algum documento para ANA – Agência Nacional de Águas,  
199 algum estudo sobre histórico de vazão. Em seguida o Sr. Reginaldo dando continuidade  
200 a reunião fala sobre os encaminhamentos, que será dar um prazo de 15 dias úteis para



201 a SECIMA analisar a minuta proposta pela Saneagò e realizar um relatório o qual será  
202 repassado aos componentes do Comitê e posteriormente será marcada uma reunião  
203 extraordinária para tratar sobre o assunto. A Sr. Jordana juntamente com a Secretária de  
204 Meio Ambiente Marion também se propõe a realizar um estudo sobre os produtores  
205 rurais e as atividades desenvolvidas nas microbacias que serão afetadas. Com a palavra  
206 o Sr. Mario Guerino fala da preocupação da empresa Saneago não poder atender as  
207 demandas de Rio Verde, sendo uma empresa pública com uma função de estado ela  
208 procura fazer o melhor para o município e está situação está criando uma entrave, pois  
209 esta proposta que foi trazida é para atender o abastecimento da cidade, das empresas e  
210 dos produtores rurais e com as condições técnicas que foram apresentadas é possível  
211 atender a todos os setores e além disso se for aprovado hoje, existem outros  
212 instrumentos que esta aprovação será passada e irão avaliar a situação que no caso é o  
213 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e que a empresa não pode é ficar esperando  
214 com o projeto parado sem que ela tenha uma sinalização. A questão dos Produtores de  
215 Água, nós não temos como salvar o programa se não tomarmos as medidas necessárias  
216 para que aja a infiltração da água no solo, não tem outra saída se a gente não criar outros  
217 instrumentos para esta água realmente infiltre e se não houver realmente um cuidado  
218 com a conservação de solo, daqui a 10 anos toda a estrutura estará mudada. Faz um  
219 comentário sobre o Comitê do Paranaíba, onde no mesmo foi discutido e aprovado a  
220 mudança da outorga do São Marcos, pois as condições mudaram ao longo dos anos, e  
221 que nós não podemos ficar esperando por outras soluções se está é a solução que temos  
222 de imediato. Então nós pedimos uma solução hoje. Fala que a Secretaria de Meio  
223 Ambiente que está a frente do Programa Produtores de Água através dos produtores  
224 rurais. Sr. Reginaldo ressaltou que em conversa com o superintendente da SECIMA,  
225 entende que a mesma não está negando a outorga e que os representantes dentro do  
226 Comitê necessitam ter mais embasamento técnico sobre o assunto e que é necessário  
227 realizar um estudo mais aprofundado do assunto para facilitar o entendimento dos  
228 representantes que irão votar, uma vez que somente a Saneago está mais a par  
229 profundamente do assunto e propõe para Faeg juntamente com a Secretaria de Meio  
230 Ambiente realizar o levantamento dos produtores presentes nas microbacias, tanto a  
231 jusante quanto a montante, além do relatório da Secima e outro da Saneago, que vão  
232 demonstrar quais os usuários da bacia e suas demandas. Fala da importância de  
233 estarmos com as ideias alinhadas para apresentação de um documento mais sucinto para  
234 que seja aprovado bem mais rápido no Comitê Estadual. Finaliza com a fala de que se

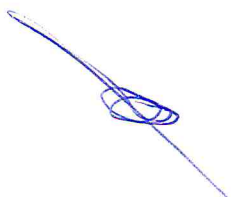


235 necessário poderá acontecer uma reunião extraordinária para deliberar o assunto  
236 fazendo a apresentação dos resultados dos relatórios e realizar a votação. Em seguida Sr.  
237 Marcos Cabral representante da SECIMA, solicita o TAC – Termo de ajuste de conduta  
238 para que seja utilizado para finalização do relatório e o Sr. Reginaldo fica responsável  
239 em fazer esse repasse. Sr. Reginaldo pontua que embora muitos não acreditem,  
240 podemos perceber que temos um conflito na microbacia do Ribeirão Abóbora. Dando  
241 continuidade a pauta o Sr. Reginaldo fala do outro conflito existente na microbacia do  
242 Rio dos Bois, conflito na Rio Ponte Pedra entre os Municípios de Rio Verde e Paraúna e  
243 na sequência solicita aos representantes das partes do conflito que os mesmos se  
244 apresentassem, Biota representante da empresa da PCH e os representantes dos  
245 canoístas, federação goiana de canoagem. Sr. Reginaldo fez um breve comentário sobre  
246 o conflito, pois a PCH deu entrada na SECIMA, na outorga para sua implantação e  
247 Com a palavra a Sr. Yara, realizou uma apresentação da atual situação na qual o Grupo  
248 de Trabalho Conflito realizou o reconhecimento da área de conflito onde existe o  
249 turismo e canoagem e onde esta sendo proposta a instalação da PCH. Informa que em  
250 primeira reunião eles ouviram as partes interessadas, no caso representando o Grupo de  
251 Canoagem o Sr. Moacir e os Representantes da PCH, através da empresa Biota sendo  
252 eles Gisele e Leonardo, informa que após extensa reunião para conhecimento do  
253 conflito os representantes do GT Conflito também viram a necessidade de realizar uma  
254 visita no Município de Paraúna e conhecer de perto a realidade da situação. Em Paraúna  
255 foram recebidos pela Secretária de Meio Ambiente e Turismo Loanna, e realizaram uma  
256 visita no local de implantação da PCH. Após estes estudos o Grupo chegou a conclusão  
257 que é necessário fazer um estudo do EIA-RIMA, referente a implantação da PCH e  
258 aproveita o momento para que este documento seja repassado ao GT Conflito para  
259 análise, solicitou também que seja agendada uma visita com o grupo de canoagem para  
260 conhecimento das atividades por eles desenvolvidas, para que posteriormente seja  
261 realizado o relatório final e que no dia dessa apresentação, ambas as partes do Conflito  
262 terão 10 minutos para realizarem uma apresentação sobre suas atividades. Sr. Reginaldo  
263 deixa claro que o Comitê não tem a função de deliberar sobre a outorga e sim de realizar  
264 somente o relatório pertinente as atividades conflitantes, e que a liberação de outorga é  
265 de responsabilidade da SECIMA. Dando continuidade a pauta, Sr. Reginaldo faz uma  
266 apresentação do Programa de Capacitação para os membros do CBH Paranaíba e dos  
267 Comitês de Bacias Afluentes ao Paranaíba, informou que CBH Paranaíba estará  
268 bancando as despesas para 5 (cinco) membros de cada Comitê, mais que precisa ser



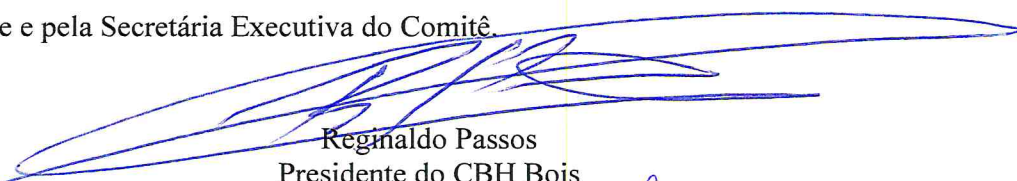


269 definido quais os critérios para estas seleções e de acordo com os interesses dos  
270 membros, que este assunto será tratado na próxima reunião, uma vez que estas  
271 capacitações tem início previsto para março de 2019. Sr. Claudio informa que a ANA-  
272 Agência Nacional de Águas já tem disponível em seu sistema EAD – Educação a  
273 Distância diversos cursos de capacitação e que o intuito maior é nivelar os  
274 representantes dentro dos comitês, esta capacitação será pela ABHA – pela agência de  
275 bacias que será a responsável. Sr. Reginaldo passou a palavra para Sra. Maria Aparecida  
276 através da Gerência de Planejamento que apresentou o programa de apoio aos comitês  
277 através da SECIMA e ANA, através do Pró Gestão 2, essa capacitação vai atingir todos  
278 os entes envolvidos nos recursos hídricos e que é uma das metas que os comitês tem que  
279 cumprir. Muitos cursos ABHA vai estar ofertando, também serão oferecidos. Sr. Maria  
280 Aparecida pontuou que em 2017 os cursos foram oferecidos em versão EAD –  
281 Educação à Distância pela ANA, mais o percentual de pessoas que fizeram os cursos foi  
282 insignificante e diante disso foi decidido que os cursos que estão ofertados nesta  
283 modalidade não faram parte do nosso cronograma de cursos para que não tenha  
284 duplicidade de cursos e assim ficou acordado que serão dois presenciais e o restante será  
285 realizado na forma EAD mesmo. Informa ainda que tanto os cursos ofertados pela ANA  
286 quanto pela ABHA terão que ter 60% de presença dos membros na totalidade geral,  
287 tanto suplentes como titulares, sendo essas capacitações plurianual , se iniciando em  
288 2019 e vai até julho de 2022. Será enviado um questionário onde vocês vão escolher  
289 cinco opções, sendo os mais votados na ordem de importância. A ANA deixou bem  
290 claro que se o comitê demonstrar importância em algum outro curso e poderá ser  
291 contratado e custeado pela ANA. Também será liberado um aporte financeiro para  
292 projetos no valor aproximado de R\$ 759.000,00 (setecentos e cinquenta e nove mil  
293 reais), projetos esses que passaram por aprovação por uma comissão, necessitando  
294 serem bem elaborados. Essa verba vira através do Programa Pro gestão e estará  
295 custeando pequenos projetos. Sr. Claudio pontuou que se é possível propor um curso e o  
296 mesmo ser aprovado e custeado pelo programa pro gestão. Sr. Reginaldo falou que sim  
297 desde que se enquadre e seja aprovado pela comissão avaliadora. Sr. Maria Aparecida  
298 fala da importância de se nivelar o conhecimento sobre o comitê diante de todos os  
299 representantes, principalmente nesse momento de crise hídrica em que se inicia o  
300 surgimento de novos conflitos nas bacias, e que nós precisamos ter membros  
301 capacitados para discutir os assuntos, achar as soluções e resolver os problemas. Sr.  
302 Reginaldo ressalta a importância dos cursos, que são metas que o comitê tem que



303 cumprir para os programas Progestão, Procomitês - e Programa de Apoio aos Comitês  
304 Afluentes do Paranaíba, Sr. Reginaldo lembra que em próxima reunião precisa ser  
305 decidido o uso do dinheiro destinado pelo Procomitês no valor de R\$ 50.000,00  
306 (cinquenta mil reais), que já está disponível, e informa ainda que teremos um outro  
307 recurso que faz parte do planejamento 2019 do Comitê do Paranaíba, R\$ 262.000,00  
308 (duzentos e sessenta e dois mil) que será dividido entre os Comitês Afluentes do  
309 Paranaíba. Sr. Reginaldo fez uma breve apresentação sobre de onde sairão os recursos  
310 da Portaria 80/2017, demonstrando que Goiás tem 19,95% de arrecadação do Paranaíba  
311 e está previsto um valor de R\$ 1.395.000,00 (Hum milhão trezentos e noventa e cinco  
312 mil reais) de arrecadação total, destinando R\$ 837.000,00 (Oitocentos e trinta e sete mil)  
313 sendo que estes valor será repassado R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)  
314 para cada comitê afluente do Paranaíba e o restante do dinheiro se destinará para uma  
315 reserva de demanda espontânea, se o comitê tiver um projeto que contemple as questões  
316 da bacia e que seja aprovado pela comissão avaliadora, sendo um projeto sucinto e  
317 muito bem elaborado com viabilidade, informa ainda que esse dinheiro também poderá  
318 ser usado de forma conjunta entre os comitês, através de apresentação de projeto que  
319 contemple todas as bacias. Sr. Marcos Cabral questionou se já pode apresentar um  
320 projeto e a quem ele deverá apresentar. Sr<sup>a</sup>. Jordana esclarece que deve ser repassado ao  
321 Comitê e o comitê irá repassar para aprovação no Comitê do Paranaíba. Com a palavra  
322 o Sr. Reginaldo solicita a secretária Hallyne que apresente as solicitações de  
323 substituição de membros com suas devidas entidades para aprovação, sendo eles:  
324 ACIRV,-Sr. Johann Moritz Marciano, AMAR, Sr. Cláudio Costa Barbosa, ALUPAR, Sr.  
325 Paulo Roberto Gomes Pereira, Gelnex Indústria e Comércio Ltda, Sr. Carlos José Silva  
326 Filho , o Instituto Federal Goiano ficou de informar quem vai assumir a cadeira-Nada  
327 mais havendo a tratar o presidente deu por encerrada a reunião as 11:30 horas,  
328 agradecendo a presença de todos, foi elaborada a presente Ata, pela Secretária Executiva  
329 Hallyne Araujo Ferreira, que após aprovada pelo Plenária, segue assinada pelo  
330 Presidente e pela Secretária Executiva do Comitê

331  
332  
333  
334  
335  
336  
337

  
Reginaldo Passos  
Presidente do CBH Bois

  
Hallyne Araujo Ferreira  
Secretária Executiva

Secretária Executiva